



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Justiça do Trabalho - 2ª Região

**XXII CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

1ª Prova - CONHECIMENTOS GERAIS - 2ª Etapa - 03.AGOS.97

PROVA DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO PREVIDENCIÁRIO, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PENAL, DIREITO INTERNACIONAL, DIREITO CIVIL (LEI DE INTRODUÇÃO, PARTE GERAL E OBRIGAÇÕES) E DIREITO COMERCIAL.

INSTRUÇÕES

1. Verifique se este caderno de prova contém 50 (cinquenta) questões.
2. Cada questão possui apenas uma alternativa correta.
3. Use somente caneta esferográfica azul ou preta.
4. Os fiscais não darão qualquer esclarecimento sobre as questões formuladas. A compreensão destas é encargo do candidato.
5. São proibidas quaisquer consultas.
6. Não rubrique, nem rasure a Folha de Resposta, do contrário será anulada a prova.
7. É proibido o uso de corretivos.

**DURAÇÃO DA PROVA: 04 HORAS
BOA SORTE.**

COMISSÃO DO CONCURSO

Juiz DELVIO BUFFULIN - Presidente
Juiz CARLOS ORLANDO GOMES - Vice-Presidente
Dr. CÁSSIO MESQUITA BARROS JUNIOR - Membro da OAB

COMISSÃO EXAMINADORA

Juiz FRANCISCO ANTONIO DE OLIVEIRA - Presidente
Juiz CARLOS FRANCISCO BERARDO
Dra. GILDA FIGUEIREDO FERRAZ DE ANDRADE - Membro da OAB

OBS.: O gabarito desta prova será publicado no dia 05 de agosto de 1997, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Judiciário, Caderno I, Parte II.



**COMISSÃO DE CONCURSO PARA MAGISTRATURA
TRT/2ª REGIÃO**

Rua da Consolação, 1.272 - 5º andar - Torre B - CEP 01302-906 - SP
Fone: 255.4111 - Ramal 2297

DIREITO DO TRABALHO

51. Trabalho do menor. Jornada extraordinária em caso de força maior.

- a) poderá ter a jornada majorada até o máximo de doze horas.
- b) não poderá ter a jornada majorada além da oitava hora.
- c) a jornada poderá ser majorada para dez horas diárias.
- d) a jornada poderá ser majorada de acordo com a exigência do momento, desde que seja compensada posteriormente.

52. Adicional noturno do rural e do diplomado em engenharia tem percentual de:

- a) 20% e 25%.
- b) 30% e 25%.
- c) 25% e 25%.
- d) 25% e 20%.

53. Seguro desemprego. Poderá ser requerido:

- a) em caso de dispensa sem justa causa, a partir do 8º dia.
- b) em caso de dispensa sem justa causa ou rescisão indireta a partir do 7º dia.
- c) em caso de rescisão do contrato a partir do 7º dia.
- d) em caso de rescisão, aí incluída a indireta, a partir do 8º dia.

54. O Delegado Regional do Trabalho, à vista do laudo técnico do serviço competente que demonstrava grave e iminente risco para o trabalhador, determinou a interdição do estabelecimento o qual permaneceu fechado por mais de seis meses. Consequências.

- a) são devidos todos os salários.
- b) os salários são devidos nos primeiros 30 dias, após o que os contratos são considerados rescindidos.
- c) os salários são devidos pela metade nos termos do art. 502, II, da CLT.
- d) os salários são devidos com a redução de 25% (art. 503 da CLT).

55. Rurícola. Rescisão do contrato sem causa justa. Aviso prévio. Cumprimento.

- a) a jornada diária terá redução de duas horas à tarde.
- b) a jornada diária terá redução de duas horas no período da manhã.
- c) a redução será de um dia por semana.
- d) a redução será de uma semana no final do aviso.

56. Dos operadores cinematográficos. Duração da jornada. Permanência na cabina. Intervalo mínimo entre cada período de trabalho.

- a) duração 6 horas; permanência 4 horas; intervalo 11 horas.

- b) duração 5 horas; permanência 5 horas; intervalo 12 horas.
- c) duração 6 horas; permanência 5 horas; intervalo 10 horas.
- d) duração 6 horas; permanência 5 horas; intervalo 12 horas.

57. Atleta profissional de futebol. Nenhum atleta poderá celebrar contrato se não comprovar:

- a) 1) ser alfabetizado; 2) possuir "CTPS" de atleta profissional de futebol; 3) estar com a situação militar regularizada; 4) apresentar atestado de sanidade física e mental.
- b) 1) possuir completo o 1º grau; 2) possuir "CTPS" de atleta profissional de futebol; 3) estar com a situação militar regularizada; 4) apresentar atestado de sanidade física e mental.
- c) 1) possuir "CTPS" de atleta profissional de futebol; 2) estar com a situação militar regularizada; 3) apresentar atestado de sanidade física e mental.
- d) 1) ser maior de 16 anos; 2) ser alfabetizado; 3) possuir "CTPS" de atleta profissional de futebol; 4) estar com a situação militar regularizada; 5) apresentar atestado de sanidade física e mental.

58. Contrato de aprendizagem. Necessidade de anotação em carteira.

- a) não terá validade se não houver anotação na "CTPS".
- b) se o contrato de trabalho se perfaz tacitamente, não há falar-se em registro de aprendizagem.
- c) ainda que não haja registro do contrato de trabalho, a aprendizagem deverá ser comprovada por documento escrito.
- d) a aprendizagem se traduz em fato objetivo que persistirá haja ou não registro na "CTPS".

59. Categoria diferenciada é aquela que:

- a) embora desenvolvendo as mesmas funções dos demais empregados, tenha formação universitária que o diferencia dos demais.
- b) se forma pelos empregados que exerçam profissões diferenciadas por força de estatuto profissional especial.
- c) se forma pelos empregados que exerçam funções diferenciadas por força de estatuto profissional especial e conseqüências de condições de vida singulares.
- d) se forma pelos empregados que exerçam profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto profissional especial ou em conseqüência de condições de vida singulares.

60. Do "Travail Frontalier" e a proporcionalidade imposta pelo art. 352 da CLT.

- a) está excluído da proporcionalidade, em função de lei ordinária.
- b) não está excluído da proporcionalidade, em função da lei ordinária.
- c) não está excluído da proporcionalidade, em função da regra constitucional.
- d) está excluído da proporcionalidade, em função da regra constitucional.

61. Qual o vínculo social básico que se denomina categoria econômica?

- a) a similitude das condições negociais.
- b) a solidariedade de interesses em atividades idênticas.
- c) a similitude das condições sociais e a solidariedade de interesses econômicos.
- d) a solidariedade de interesses econômicos dos que empreendem atividades idênticas, similares ou conexas.

PROCESSO DO TRABALHO

62. Empresa que mantém em seu quadro empregado pertencente à categoria diferenciada. Aplicação da norma coletiva sabendo-se que a empresa não participou do acordo ou da convenção coletiva.

- a) aplica-se normalmente.
- b) aplica-se desde que haja comunicação à empresa através do cartório de títulos e documentos.
- c) aplica-se desde que haja comunicação à empresa através do diário oficial da base territorial ou da União.
- d) se a empresa não foi parte, mesmo que se trate de categoria diferenciada, não está obrigada aos efeitos da norma coletiva que beneficiou os prestadores de serviços pertencentes àquela categoria profissional.

63. Da citação ou intimação efetuada pelo Correio, o prazo será contado:

- a) da data da juntada do aviso de recebimento aos autos.
- b) após 48 horas da expedição da correspondência.
- c) da data do recebimento pela parte.
- d) da data em que o aviso foi devolvido à Junta pelo Correio.

64. Dissídio individual contra empresa falida. Exigências legais trabalhistas.

- a) o dissídio terá preferência em todas as fases processuais.
- b) o dissídio será remetido ao juízo universal da falência onde será instruído, julgado e executado.
- c) o dissídio será instruído, julgado e executado perante o juízo trabalhista.
- d) os créditos trabalhistas terão preferência no juízo universal da falência só perdendo para o executivo fiscal.

65. Dissídio individual. Substituição processual.

- a) será exclusiva ou concorrente.

- b) será concorrente e concomitante.
- c) será apenas concorrente.
- d) será apenas exclusiva.

66. Competência. Lei Federal cria Junta de Conciliação e Julgamento mas não inclui na sua jurisdição toda a área territorial de determinada comarca que estava até então sob a jurisdição de juiz de direito investido de jurisdição trabalhista. Consequências:
- a) tem-se como incluída na jurisdição da Junta toda a área territorial.
 - b) a jurisdição será aquela definida em lei não se podendo ampliar, posto que existe proibição legal.
 - c) nesse caso o juiz de direito continuará jurisdicionando aquela parte territorial não mencionada pela lei, por exigência legal.
 - d) enquanto não modificada a lei o juiz de direito continuará com a jurisdição de toda a base territorial.
67. Juiz de primeiro grau suscitou conflito de competência com uma das Turmas do Tribunal Regional do Trabalho a que pertence. Pode o juiz de primeiro grau suscitar o conflito? Qual o tribunal competente para dirimir o conflito?
- a) juiz de primeiro grau não pode suscitar conflito com Turma do Tribunal.
 - b) correto o procedimento e a competência será do Pleno do Tribunal ou do Órgão Especial onde houver.
 - c) correto o procedimento e a competência será do "T.S.T."
 - d) correto o procedimento e a competência será do "S.T.J."
68. O sindicato e a convenção coletiva. Legitimidade para propor demanda na qualidade de substituto processual.
- a) tem legitimidade legal.
 - b) tem legitimidade constitucional.
 - c) tem legitimidade originária.
 - d) não tem legitimidade.
69. Correição parcial. Juiz de Direito investido na jurisdição trabalhista. Competência.
- a) com o advento da nova Constituição (art. 5º, LV) não mais existe a correição parcial.
 - b) da Corregedoria da Justiça Comum.
 - c) da Corregedoria da Justiça do Trabalho.
 - d) da Justiça Comum ou da Justiça do Trabalho de acordo com a organização judiciária, com preferência daquela em sendo ambas competentes.
70. As ações de dissídios individuais poderão ser propostas:
- a) somente pelos trabalhadores.
 - b) pelos trabalhadores e seus respectivos sindicatos e pelas empresas.

- c) pelos empregados, seus respectivos sindicatos e pelas empresas, pessoalmente ou por seus representantes.
 - d) pelos empregados e empregadores pessoalmente ou por seus representantes, pelos sindicatos de classe, ou por intermédio das Procuradorias Regionais.
71. Recurso de Revista. O Juízo primeiro de admissibilidade da Revista somente admitiu-a parcialmente. Alternativa correta.
- a) a Revista será admitida ou não sempre integralmente, não se podendo parcelar a matéria.
 - b) deverá a parte usar do agravo regimental para prequestionar a matéria não admitida.
 - c) deverá a parte usar do agravo de instrumento, pena de preclusão da matéria não admitida.
 - d) a Revista será conhecida integralmente ainda que admitida parcialmente pelo Regional.
72. Execução. Penhora. Alienação antecipada de bens penhorados. Indicar alternativa correta:
- a) é possível quando o bem estiver sujeito a deterioração.
 - b) é possível quando o bem estiver sujeito a deterioração ou depreciação, desde que autorizado pelo executado.
 - c) é possível quando o bem estiver sujeito a deterioração, depreciação ou for vantajosa a alienação.
 - d) a alienação é ato público que retira o bem do devedor e somente poderá ser levada a efeito através de hasta pública.
73. Desentranhamento de documentos no original. Processo findo há menos de cinco anos.
- a) os documentos originais não poderão ser desentranhados.
 - b) os documentos originais poderão ser desentranhados normalmente, sem qualquer exigência.
 - c) os documentos originais poderão ser desentranhados, ficando traslado nos autos, desde que findo o processo.
 - d) a parte deverá requerer traslado autêntico dos originais.
74. Proposta ação rescisória com base em ofensa à coisa julgada, faltando cinco dias para completar o prazo preclusivo. A citação foi efetuada após decorridos 10 dias. O réu contesta a ação, invoca a decadência e apresenta reconvenção para ressarcir-se de prejuízos havidos por culpa do autor.
- a) a rescisória deve ser extinta, acolhendo-se a decadência.
 - b) deve ser rejeitada a decadência e não processada a reconvenção por absoluta impossibilidade.
 - c) deve ser rejeitada a decadência e processada a reconvenção.
 - d) não cabe reconvenção em ação rescisória. Esta não deverá ser processada.

PROCESSO CIVIL

75. Ônus da prova. Tendo em conta o que dispõe a lei sobre o ônus probatório:
- a) podem as partes avençar de forma diversa.
 - b) não podem as partes avençar de forma diversa.
 - c) não podem as partes avençar de forma diversa quando recair sobre direito indisponível.
 - d) não podem as partes avençar de forma diversa quando recair sobre direito indisponível ou tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito.
76. Possibilidade ou não de ação declaratória quando já houve violação de direito.
- a) a violação de direito legitima o ajuizamento imediato de ação vez que configurado o legítimo interesse, impossibilitando a via declaratória.
 - b) a ação declaratória está limitada à declaração da existência ou da inexistência de relação jurídica, não se prestando ao caso.
 - c) a ação declaratória está limitada à declaração da existência ou da inexistência de relação jurídica e da autenticidade ou falsidade de documento, não se prestando ao caso.
 - d) a ação declaratória é admissível ainda que tenha ocorrido a violação do direito.
77. Qual a confissão que poderá ser feita pela própria parte ou por mandatário com poderes especiais?
- a) a real.
 - b) a espontânea.
 - c) a ficta, tácita ou implícita.
 - d) a simples e pura.
78. Competência. Impedimento de mais da metade dos membros do Tribunal de origem.
- a) do próprio Tribunal, mediante convocação de juizes da instância imediatamente inferior.
 - b) a competência se desloca ao Tribunal imediatamente superior.
 - c) do próprio Tribunal uma vez que o impedimento em sede de Colegiado não tem a mesma conotação do juízo monocrático.
 - d) a competência se desloca para o Supremo Tribunal Federal.
79. Sentença. O juiz não se exime de sentenciar ou despachar alegando lacuna ou obscuridade da lei. No julgamento da lide caber-lhe-á aplicar as normas legais. Não as havendo buscará alento:

- a) na analogia, nos costumes, nos princípios gerais de direito.
- b) na analogia, na jurisprudência, na equidade.
- c) nos costumes, nos princípios gerais de direito e na equidade.
- d) na analogia, nos princípios gerais de direito e na doutrina.

80. Perito e Assistentes técnicos. Designada perícia, o juiz nomeou perito e as partes indicaram assistentes técnicos, designando audiência de instrução e julgamento para 60 dias a partir daquela data. Apresentado o laudo pericial, 15 dias antes da audiência, desfavorável ao autor, este invoca o impedimento do perito e do assistente técnico do réu, ocasião em que também afirma que o laudo fora entregue a destempo, pedindo seja a audiência prorrogada.

- a) preclusa a oportunidade para arguir impedimento do perito e do assistente e o prazo de entrega do laudo está correto.
- b) tempestiva a arguição de impedimento do perito e impossível a do assistente técnico. O laudo foi entregue fora do prazo.
- c) tempestiva a arguição de impedimento do perito e do assistente técnico. O laudo foi entregue no prazo.
- d) tempestiva a arguição de impedimento do perito e impossível a do assistente técnico. O laudo foi entregue no prazo.

81. Ministério Público interpôs recurso na qualidade de “custos legis”. O autor, parcialmente sucumbente, não interpôs recurso voluntário, mas o recurso adesivo no prazo das contra-razões.

- a) o recurso adesivo é cabível no prazo de dez dias do despacho que admitiu o recurso principal.
- b) o recurso adesivo é cabível no prazo de quinze dias do despacho que admitiu o recurso principal.
- c) o recurso adesivo é cabível no prazo em que a parte terá para responder.
- d) o recurso adesivo não é cabível.

82. Título executivo. Sentença homologatória de laudo arbitral, de conciliação ou de transação ~~que seja abrangente de questão não posta em juízo~~. Consequências.

- a) o título executivo judicial somente abrange aquela parte posta em discussão em juízo. O que exceder terá valor de título extrajudicial.
- b) o título executivo judicial somente abrange aquela parte posta em discussão em juízo. O que exceder poderá ser objeto de ação monitória.
- c) o título executivo judicial abrangerá aquela parte que não verse questão posta em juízo.
- d) o laudo arbitral, quando homologado, se traduz em título executivo extrajudicial, abrangendo também aquela matéria não posta em juízo.

83. Bem de família. Casal possui vários imóveis utilizados como residência. Penhorabilidade.

- a) a penhora poderá recair sobre qualquer dos imóveis.
 - b) compete ao casal informar qual dos imóveis é considerado bem de família para efeitos de impenhorabilidade.
 - c) o imóvel de menor valor será considerado bem de família, desde que devidamente registrado no Cartório de Títulos e Documentos. O registro como bem de família o torna impenhorável.
 - d) qualquer um dos imóveis poderá ser registrado como bem de família, desde que habilmente registrado, para esse fim, no Registro de Imóveis. O registro o torna impenhorável.
84. O art. 806 do CPC possibilita ao juiz a exigência de caução real ou fidejussória, em caso de concessão de cautelar. Distinguir uma e outra.
- a) **real**: quando se entrega bem móvel ou imóvel.
fidejussória: "cautio de rato".
 - b) **real**: quando se entrega bem móvel, imóvel, títulos, cotas societárias.
fidejussória: títulos da dívida pública (entes da Administração indireta).
 - c) **real**: quando é realizada por meio de títulos de direito real de garantia (hipoteca, penhor, anticrese) ou de depósito em dinheiro, títulos de crédito ou da dívida pública.
fidejussória: quando compreende a garantia pessoal ou fiança.
 - d) **real**: hipoteca, penhor, penhora e anticrese.
fidejussória: caução de nota promissória com vencimento imediato.

DIREITO COMERCIAL

85. Aponte a alternativa correta:
- a) pode impetrar a concordata o comerciante que está exercendo o comércio há mais de dois anos mesmo sem pagar obrigação líquida dentro do bimestre da dívida.
 - b) pode impetrar concordata aquele que nunca foi falido.
 - c) não pode impetrar concordata o comerciante ainda que individual, que deixou de requerer a falência no prazo do artigo 8º do Decreto-lei 7.661/45.
 - d) o devedor individual que tem passivo quirografário superior a cem vezes o salário mínimo vigente no país pode pedir a concordata ainda que não tenha arquivado seus livros básicos no registro de comércio.
86. Em relação à responsabilidade dos sócios e da sociedade comercial, é possível dizer:
- a) a responsabilidade do sócio pressupõe o exaurimento do patrimônio social.
 - b) o sócio pode ser acionado conjuntamente com o patrimônio da sociedade.
 - c) os bens dos sócios que não integralizaram suas ações poderão ser vendidos em Juízo, mesmo antes da liquidação dos bens sociais.
 - d) os sócios de responsabilidade limitada se desoneram de qualquer responsabilidade no caso de falência da sociedade.

87. Aponte a alternativa onde só existam atos de comércio por força de lei:

- a) operações sobre títulos de dívida pública e fiança.
- b) operações sobre bilhetes de mercadorias e operações sobre títulos de dívida pública.
- c) empresas de construção e contrato de trabalho.
- d) operações sobre títulos emitidos por armazéns gerais e exploração de mercado imobiliário.

DIREITO CIVIL

88. Da obrigação alternativa. Sua coincidência ou não com as obrigações facultativas.

- a) as obrigações alternativa e facultativa são coincidentes em seus conteúdos.
- b) na alternativa existem dois ou mais objetos e o cumprimento se dá pela ordem de preferência; na facultativa existem dois ou mais objetos, mas a faculdade de escolha é de devedor.
- c) na alternativa existem dois ou mais objetos, sendo cumprida a obrigação pela entrega de um deles; na facultativa o objeto é um só, mas o devedor tem a faculdade de obter a exoneração mediante a entrega de objeto diferente.
- d) na alternativa existem apenas dois objetos, sendo cumprida a obrigação pela entrega de um deles; na facultativa não existe objeto uma vez que a obrigação poderá ser cumprida pela entrega de qualquer objeto ou mesmo de dinheiro.

89. A teoria da imprevisão está calcada na:

- a) "*pacta sunt servanda*".
- b) "*rebus sic stantibus*".
- c) força maior e no caso fortuito.
- d) teoria do pequeno risco.

90. São obrigações naturais:

- a) dívidas prescritas, dívidas de jogo, juros não convencionados.
- b) dívidas de jogo e juros não convencionados.
- c) dívidas prescritas e juros não convencionados.
- d) dívidas prescritas e dívidas de jogo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

91. Do ato administrativo. Pelo critério subjetivo ou orgânico, tem-se que a revogação é:

- a) a retirada do ato administrativo pelo próprio órgão que lhe deu origem.
- b) o desfazimento do ato administrativo por órgão diferente daquele que lhe deu origem, superior hierárquico ou não, no exercício ou não do poder de vigilância.
- c) o desfazimento do ato administrativo por motivo de oportunidade ou conveniência.
- d) o desfazimento por motivo de legalidade.

92. Em relação aos bens públicos temos:

- a) móveis e imóveis formam o que se chama de domínio público e são os que se destinam somente ao uso dominial.
- b) não podem ser prazeiros, embora possam ser gravados com direitos reais de garantia.
- c) não são suscetíveis de usucapião, salvo as terras devolutas.
- d) são impenhoráveis os de uso comum, alienáveis quando passarem à categoria dos dominiais.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

93. Trabalhador segurado que deixou de contribuir por 20 meses, sabendo-se que já era contribuinte há mais de 96 meses. Consequência, sabendo-se que não comprovou desemprego.

- a) perde a qualidade de segurado.
- b) não perde a qualidade de segurado.
- c) com o advento da nova Constituição a ausência de contribuição não determina a perda da qualidade de segurado, já que a assistência social é dever do Estado.
- d) pelo atual regramento, o segurado poderá atrasar até trinta meses sem perda do direito, se já houver efetuado cento e dez contribuições.

94. Segurado, empregado da empresa "X", sofreu acidente do trabalho e passou a ter direito de receber auxílio-doença correspondente a 50% do seu salário. A partir de então o empregador efetuou o pagamento do total do salário, mas apropriou-se dos 50% provenientes da Previdência. Indicar alternativa correta.

- a) o procedimento do empregador é correto, posto que calcado em norma legal.
- b) o procedimento do empregador não é correto, posto que não existe lei autorizando a apropriação.
- c) o procedimento do empregador é incorreto uma vez que a lei permite a apropriação até o máximo de 30%.
- d) o procedimento do empregador é correto a partir do 16º dia.

DIREITO CONSTITUCIONAL

95. Uma das alternativas abaixo representa o binômio correto no que tange à iniciativa da lei pelo Poder competente e a matéria tratada.

- a) iniciativa legislativa; dispor sobre serviços públicos.
- b) iniciativa do Supremo Tribunal Federal; matéria sobre a organização do Judiciário dos Estados.
- c) iniciativa do Presidente da República; dispor sobre matéria tributária.
- d) iniciativa do Conselho de Ministros; dispor sobre o Estatuto da Magistratura.

96. Em relação ao Ministério Público podemos dizer:

- a) funciona tão-somente junto aos Órgãos Jurisdicionais;
- b) existe uma parte do Ministério Público que funciona indiretamente junto ao Legislativo.
- c) o Ministério Público do Trabalho pertence ao Estado Federado.
- d) são garantias do Ministério Público a inamovibilidade, a irredutibilidade e a imparcialidade.

97. Da inconstitucionalidade por omissão. Declarada, quais as providências?

- a) será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em 30 dias.
- b) será dado prazo de 90 dias ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em 10 dias.
- c) será dado prazo de 120 dias ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em 30 dias.
- d) será dado prazo de 180 dias ao Poder competente para a adoção das providências necessárias, pena de cominação pecuniária diária a partir de então (astreintes) e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em 30 dias, pena de cominação pecuniária diária, a partir de então (astreintes).

DIREITO PENAL

98. Da desistência voluntária e do arrependimento eficaz. Consequências:

- a) a desistência voluntária se confunde com o arrependimento eficaz, posto que ambas impedem que o resultado criminoso ocorra.
- b) embora momentos diferentes, na desistência voluntária e no arrependimento eficaz não haverá tipicidade, posto que não iniciada a execução.
- c) na desistência voluntária, embora já realizado todo o processo de execução, o agente impede o resultado; no arrependimento eficaz o agente apenas interrompe o processo de execução que iniciara.
- d) na desistência voluntária o agente interrompe o processo de execução que iniciara; no arrependimento eficaz, embora já consumado todo o processo de execução, o agente

DIREITO INTERNACIONAL

99. Em respeito às Convenções Internacionais da OIT, a sua entrada em vigor em cada país e o prazo de validade de cada ratificação, temos:
- a) entra em vigor em doze meses e o prazo de validade é de dez anos.
 - b) entra em vigor em dez meses e o prazo de validade é de doze anos.
 - c) entra em vigor imediatamente após a ratificação e a validade vai até a denúncia do Estado.
 - d) entra em vigor imediatamente após a ratificação e o prazo de validade é de dez anos.
100. Aponte a alternativa correta. Sobre as Relações Diplomáticas, temos no Brasil:
- a) a carreira diplomática é privativa de brasileiro nato; é iniciada como 3º Secretário passando para 2º e 1º Secretários respectivamente; Conselheiro; Ministro de 2ª Classe e Ministro de 1ª Classe.
 - b) a carreira é privativa de brasileiro nato, mas diplomatas e cônsules têm carreiras diversas e paralelas.
 - c) a carreira diplomática é privativa de brasileiro nato e a dos cônsules, de brasileiros natos ou naturalizados.
 - d) entra-se para a carreira diplomática como 3º Secretário, passando sucessivamente para 2º e 1º Secretários, Ministro de 2ª Classe e Ministro de 1ª Classe.